

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Prof^a. Dr^a. Edna Raquel Hogemann..... 9

APRESENTAÇÃO

Professor Dr. Renato Ferreira..... 11

INTRODUÇÃO 17

Capítulo 1

RELAÇÕES RACIAIS E ATIVISMO PROCESSUAL NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONTRAPOSIÇÃO AO RACISMO ESTRUTURAL 23

1.1 Relações raciais no Brasil..... 25

1.2 Ativismo antirracista na esfera pública 33

1.3 Ativismo processual e mobilização antirracista no poder judiciário..... 38

1.4 Considerações finais..... 51

Capítulo 2

RACISMO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS PRIVADAS, PROCESSOS ESTRUTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS SOCIABILIDADES 53

2.1 Racismo nas relações jurídicas privadas 55

2.2 Processos estruturais raciais 62

2.3 Processo e a construção de novas sociabilidades 65

2.4 Considerações finais..... 68

Capítulo 3

REFLEXÕES SOBRE EFETIVIDADE DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL POR MEIO DE PROCESSOS ESTRUTURAIS..... 71

- 3.1 Racismo estrutural, Estatuto da Igualdade Racial e luta antirracista no campo legislativo 73
- 3.2 Processos estruturais – premissas epistemológicas 77
- 3.3 Processo estrutural como instrumento para efetivação do Estatuto da Igualdade Racial 80
- 3.4 Considerações finais 83

Capítulo 4

DIREITO, RACISMO E PROCESSO: UMA ANÁLISE SOBRE O TRATAMENTO DA QUESTÃO RACIAL NA PRÁTICA PROCESSUAL CIVIL 85

- 4.1 Conflitos étnico-raciais na jurisprudência do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro 86
 - 4.1.1 Estatuto da Igualdade Racial 88
 - 4.1.2 Reparação cível por injúria racial 92
 - 4.1.3 Reparação cível por prática de racismo 94
 - 4.1.4 Aplicação da Lei nº 10.639/2003 e Intolerância Religiosa 97
- 4.2 Perspectivas teóricas a partir da análise dos dados 100
- 4.3 Considerações finais 103

Capítulo 5

DIREITO PROCESSUAL ANTIDISCRIMINATÓRIO: ALGUNS APONTAMENTOS 105

- 5.1 Direito antidiscriminatório no Brasil 107
- 5.2 Tutela processual do direito antidiscriminatório 109
- 5.3 Dimensão estrutural do direito antidiscriminatório 112
- 5.4 Legitimação para tutela processual do direito antidiscriminatório 116

5.5 Considerações finais.....	120
-------------------------------	-----

Capítulo 6

PRESSUPOSTOS PARA UMA TEORIA DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO CIVIL..... 123

6.1 Breve panorama da expansão teórica e normativa da participação no processo civil	124
6.2 Direito jurisprudencial e participação no processualismo contemporâneo	131
6.3 Pressupostos para uma teoria da participação no processo civil brasileiro.....	138
6.4 Considerações finais.....	140

Capítulo 7

AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM LITÍGIOS COMPLEXOS QUE ENVOLVAM QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: PONDERAÇÕES NORMATIVAS 143

7.1 Tratamento normativo da audiência pública no direito processual brasileiro	146
7.2 Proposta de sistematização normativa e procedimental da audiência pública.....	150
7.3 A importância da participação em litígios complexos étnico-raciais.....	151
7.4 Considerações finais.....	153

Capítulo 8

DIREITO PROCESSUAL ANTIDISCRIMINATÓRIO: UM MODELO PROCESSUAL EM DESENVOLVIMENTO..... 155

8.1 Epistemologias e métodos do direito processual civil.....	155
8.2 Processualismo no cenário posterior à Constituição Federal de 1988.....	161

8.3	Conceitos jurídico-normativos do direito processual antidiscriminatório.....	165
8.4	Considerações finais.....	171
CONCLUSÃO.....		173
REFERÊNCIAS		175